

ÉTICA PROFISSIONAL: O EXERCÍCIO ILEGAL DE UMA PROFISSÃO

*Iriane Schiavon Gomes**

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo focar as implicações que ocorrem com o exercício ilegal de uma profissão, enfocando assuntos relacionados com a moral, a ética e a liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: *moral, ética, exercício ilegal da profissão, liberdade.*

ABSTRACT

The objective of this article is to attempt on the implications that occur when there are an illegal exercise of psychology, emphasizing issues associated with moral, ethics and liberty.

KEY WORDS: *moral, ethics, illegal exercise of a profession, liberty.*

1 – O MUNDO DOS VALORES

O homem é um ser social, vivendo, portanto, com outros homens e construindo a realidade social que, por sua vez, é o objeto de sua ação.

Em toda sociedade, o homem obedece a valores e normas impostas mas, geralmente, as pessoas estão sempre dando um jeito de levar vantagem em tudo, mesmo tendo, na maioria das vezes, consciência de que estão fazendo algo errado, raciocinam como se fosse absolutamente normal: “*todo mundo age assim, só não faz quem é trouxa!*” (Arruda & Aranha, 1992 : 105)

Essas formas de agir vão desde às transgressões medianamente graves (como passar no sinal vermelho) até ações claramente imorais (como o roubo do dinheiro público), evidenciando uma forma autoritária e individualista de desconsiderar as normas da vivência em coletividade.

Outras ações também são consideradas reprocháveis, como mentir, roubar, matar... Nossas ações são objeto de valoração. Podemos considerá-las justas ou injustas, certas ou erradas, boas ou más e, através dessa avaliação, nós as consideramos com admiração ou desprezo. Estamos, portanto, atribuindo-lhes valores.

* Aluna da 5.ª série de Psicologia da Faculdade Padre Anchieta.

Segundo Arruda & Aranha (1992), os valores existem na ordem da afetividade. Nunca ficamos indiferentes diante de alguma coisa ou pessoa, porque sempre somos de alguma forma afetados por elas e a consequência da atribuição de valores são as regras para a ação prática. Assim, se o ar é um valor para o ser vivo, tem-se que evitar a poluição atmosférica, para que não prejudique a qualidade desse bem indispensável. Se a credibilidade é um valor, então não se pode mentir, porque as relações humanas poderão ser prejudicadas.

Os valores resultam da experiência vivida pelo homem, variando conforme o povo e a época, o que explica a diversidade de costumes assim, por exemplo, na Idade Média era proibido dissecar cadáveres e, no entanto, as instituições de justiça tinham o direito de torturar as pessoas. Os valores existem para que a sociedade subsista, mantenha sua integridade e possa se desenvolver, ou seja, existe a moral visando a proporcionar uma vida melhor para o homem, pois ele precisa de regras para viver bem. Portanto, entende-se como moral o conjunto de regras de conduta consideradas válidas para um grupo e para uma pessoa. Todas as comunidades têm a necessidade formal de regras morais, mesmo que sejam variados seus conteúdos conforme a época ou o lugar. A coragem, por exemplo, é um valor formal cujo conteúdo varia: “se alguns riem do caipira com medo de atravessar uma avenida movimentada, certamente será ele quem rirá do paulistano assustado com sapos e cobras na fazenda” (Arruda & Aranha, 1992: 107). Colocando esse exemplo no campo da moral, percebe-se que a coragem do guerreiro da tribo é completamente diferente da coragem do homem urbano, desafiado, por exemplo, pelos riscos da corrupção.

1.1 – REGRAS MORAIS

Nem sempre as regras morais visam ao bem da comunidade como um todo, porque, por mais estável que seja uma sociedade, sempre haverá mudanças nas relações entre as pessoas e grupos na luta pela subsistência. Portanto, certas regras valem em uma circunstância e deixam de valer ao ocorrerem alterações nas relações humanas. Embora exista uma tendência para resistir às mudanças as regras ficam ultrapassadas à medida que permanecem inflexíveis. Então, a sociedade passa por um momento de crise moral, busca uma superação nesse plano, exige inventividade, coragem e recriação de uma moral verdadeiramente dinâmica e mais comprometida com a vida. A construção da vida moral exige uma discussão constante dos valores vigentes, a fim de verificar em que medida sua realização se faz em favor da vida ou da alienação.

1.2 – O HOMEM ENQUANTO SUJEITO MORAL

Seriam os valores subjetivos, ou seja, dependentes das avaliações de cada indivíduo?

Se cada um pudesse fazer o que quisesse, não haveria uma moral propriamente dita. O sujeito se torna moral ao descobrir e reconhecer o outro, assim como descobre a si mesmo, pois a moral se funda na solidariedade. Arruda & Aranha (1992) afirmam que o sujeito moral não é o **eu** empírico, individual, egoísta, mas é o **eu** capaz de reconhecer o **Outro** como sendo um **Outro-Eu**; logo, todos os indivíduos têm importância igual, ninguém é melhor que ninguém.

Nenhuma pessoa nasce “moral”, mas torna-se moral. Existe um longo caminho de aprendizagem para se conseguir superar o egocentrismo infantil, tornando-se capaz de conviver.

1.3 – PROGRESSO MORAL

É errôneo dizer que sempre que há uma mudança moral, também há um progresso moral, pois só existe progresso quando ocorrer um avanço que proporcione melhoria de qualidade de vida. Arruda & Aranha (1992:109) propõem alguns critérios para avaliar o progresso moral, tais como:

- ampliação da esfera moral: alguns atos que antes eram cumpridos por determinação da lei, passam a ser cumpridos por uma obrigação moral. Por outro lado, certas situações em que as pessoas praticam o bem para receber uma gratificação divina são indicações de diminuição da esfera moral, porque aqui o estímulo não é a obrigação moral, mas sim uma troca visando recompensa;

- caráter consciente e livre da ação: ser responsável moralmente implica em assumir um compromisso. Uma pessoa responsável é aquela que reconhece seus atos e responde pelas conseqüências deles;

- grau de articulação entre interesses comuns e pessoais: nas tribos primitivas o coletivo predomina sobre o pessoal; já nas sociedades contemporâneas, a exacerbação do individualismo tende a desconsiderar os interesses da coletividade.

Conclui-se que, para se formar o homem plenamente moral, é necessário haver um esforço da sociedade, que objetiva ser mais justa.

Uma das preocupações do homem ao se comportar moralmente é saber distinguir entre o bem e o mal, já que agir moralmente é agir de acordo com o bem. Quando o sujeito moral se pergunta como deve agir em determinada situação, certamente ele se aproxima de outras questões, como: O que é o bem? Qual é o fundamento da ação moral? Qual é a natureza do dever? Ao colocar tais questões, ele estará entrando no campo da ética, que é a teoria que realiza a reflexão crítica sobre a experiência moral e que tem por finalidade discutir as noções e princípios que fundamentam a conduta moral.

2 – O CONCEITO DE ÉTICA

A reflexão no mundo ocidental teve início na Grécia antiga, no século V a.C., quando se acentuou o desligamento da compreensão de mundo baseada nos relatos míticos. Os sofistas rejeitaram o fundamento religioso da moral, considerando os princípios desta como resultantes das convenções sociais. Por aquela época, Sócrates se contrapõe aos sofistas, buscando os fundamentos da moral na própria natureza humana (Arruda & Aranha – 1992: 120). Hoje, sabemos que há arquétipos e determinantes sociais a condicionarem os padrões morais da sociedade.

1.1 – ÉTICA X MORAL

A moral é definida como um conjunto de normas e regras que regulam o comportamento do indivíduo num determinado contexto histórico. Assim, se o contexto histórico mudar, o mesmo acontecerá com a moral. Já a ética é uma disciplina científica que estuda a vida moral. Ela implica na relação com o outro e na consciência de decisão. Divide-se em concepções históricas e a-históricas. As concepções a-históricas são determinadas pela história e acreditam que a moral não varia com a mesma. Elas dividem-se em três postulados: os que concebem as normas como absolutas (atemporais); os que acreditam que a moral transcende a ação humana (não depende do homem); e aqueles que acreditam que a ação humana é objeto e não sujeito da moral.

Existem três concepções da moral a-histórica: a concepção teológica que enfatiza a existência de como origem e fonte da moral, como se vê nos Dez Mandamentos; a Concepção naturalista que aborda a natureza como origem e fonte da moral. Exemplo: o homem da antiguidade era polígamo e a mulher tinha que servi-lo. “O homem tem instintos e a moral tem que seguir isso”; e por último a Concepção essencialista que vê o homem como origem e fonte da moral. Nesse caso o homem já nasce com a moral. Exemplo: através da razão, o homem pode chegar aos conceitos de BEM, MAL e AMIZADE PERFEITA.

Já as concepções históricas acreditam que a moral varia com a história. Exemplo: antigamente, quando não havia divórcio, viver casado até a morte, mesmo quando não havia mais amor, era o normal.

Portanto, a ética é uma espécie de filosofia da moral, que distingue o bem do mal, o certo do errado.

1.2 – O BEM

Desde o início das reflexões éticas, muitos filósofos procuraram soluções para as questões referentes à natureza do bem moral.

Para Aristóteles, todas as atividades humanas aspiram a algum bem, sendo a felicidade o maior deles. Ela não consiste nem nos prazeres nem na riqueza, mas sim na atividade da alma segundo a razão.

Para os hedonistas, o bem se encontra no prazer. Com base nisso, podemos dizer que a civilização contemporânea é hedonista, quando identifica a aquisição de bens de consumo com o prazer e a satisfação pessoal (ter um carro do ano, roupas caras, boa comida, várias experiências sexuais).

Já Epicuro, representante do hedonismo grego no século III a.C., considera que os prazeres do corpo são a causa da ansiedade e sofrimento e, para que a alma permaneça imperturbável, é preciso desprezar os prazeres materiais e privilegiar os espirituais, como a amizade.

Várias soluções têm sido encontradas para as questões éticas no decorrer da história da Filosofia, mas, desde a expansão do cristianismo, a cultura ocidental ficou marcada pela tradição moral, cujo fundamento se encontra nos valores religiosos e na crença da vida após a morte. Nessa perspectiva, Arruda & Aranha apontam que os valores são considerados como resultantes de doação divina, o que costuma levar à identificação do homem moral com o homem temente a Deus. E enfatizam que a partir da Idade Moderna (século XVIII), a moral tornou-se laica: o ser moral e o ser religioso deixam de ser inseparáveis, tornando-se possível aceitar que um homem ateu possa ter moral e, mais ainda, que o fundamento dos valores não se encontra em Deus, mas no próprio homem.

1.3 – ÉTICA E VIOLÊNCIA

Segundo Chauí (1997), o homem usa a ética diariamente de forma consciente ou não. Qualquer ato humano passa por um processo mental antes de se tornar ação, independentemente da cultura, da educação ou do grupo étnico ao qual ele pertença. A ética tem por objetivo a tomada de decisão e está preocupada com as aplicações decorrentes dos conhecimentos.

Um comportamento que exemplifica o uso da ética em nossa rotina é o uso de uma arma de fogo por um assaltante, que implica numa tomada de decisão: atirar ou não?

Desde a antiguidade clássica (greco-romana) até os dias atuais, um dos maiores problemas é a violência, a procura de meios para evita-la, diminuí-la ou controlá-la.

Várias culturas e sociedades definem a violência de maneira diferente, dando-lhe diversos sentidos segundo o tempo e o lugar. A violência é percebida como exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária a si, contrária a seus interesses e desejos, contrária a seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a auto-agressão ou a agressão dos outros.

São a sociedade e a sua cultura que irão definir o que julgam ser violência. Não somente existe uma violência física, mas também uma violência psíquica, contra a dignidade humana. Eis porque o assassinato, a tortura, a injustiça, a mentira, a má-fé são considerados violência, imoralidade e crime.

Desse modo, Chauí caracteriza como sendo violência tudo aquilo que reduz o homem à condição de objeto. Do ponto de vista ético, somos pessoas e não podemos ser tratados como coisas. Os valores éticos se oferecem como expressão e garantia de nossa condição de sujeitos, proibindo moralmente que nos transformem em coisas usadas e manipuladas por outros. Portanto, diz-se que a ética é normativa, porque suas normas visam impor limites e controles ao risco permanente da violência.

1.4 – O SER ÉTICO

A conduta ética só existe para um agente consciente que conheça a diferença entre bem e mal, certo e errado, permitido e proibido. Como foi dito anteriormente, a consciência moral conhece tais diferenças e se reconhece como capaz de julgar o valor dos atos, sendo, por isso responsável pelas suas ações, sentimentos e conseqüências do que faz e sente. Assim, consciência e responsabilidade são condições indispensáveis da vida ética.

O campo ético é constituído pelos valores e pelas obrigações que formam o conteúdo das condutas morais, as virtudes, que são realizadas pelo **sujeito moral**, principal constituinte da existência ética.

O sujeito ético ou moral, segundo Chauí, só poderá existir se preencher as seguintes condições:

- ser capaz de reflexão e de reconhecer a existência dos outros como sujeitos éticos iguais a ele;
- ter capacidade para controlar e orientar desejos, impulsos, tendências, sentimentos (para que estejam em conformidade com a consciência) e para deliberar e decidir entre várias alternativas possíveis;
- ser responsável, reconhecer-se como o autor da ação, avaliar os efeitos e conseqüências dela sobre si e sobre os outros, assumi-la bem como às suas conseqüências, respondendo por elas;
- ser livre, isto é, ser capaz de oferecer-se como causa interna de seus sentimentos, atitudes e ações, por não estar submetido a poderes externos que o forcem e o constrem a sentir, a querer e a fazer alguma coisa. A liberdade não é tanto o poder para escolher entre vários possíveis, mas o poder para autodeterminar-se, dando a si mesmo as regras de conduta. (Chauí, 1997:338)

Portanto, o campo ético é constituído por dois pólos internamente relaciona-

dos: o agente, ou sujeito moral, e os valores morais, ou virtudes éticas.

Em se tratando do sujeito moral, a ética faz uma exigência, destacando a diferença entre passividade e atividade. Chauí caracteriza o homem como sendo passivo e/ou ativo. **Passivo** é aquele que se deixa governar e se arrasta por seus impulsos, inclinações e paixões, pela boa ou má sorte, pela opinião alheia, pelo medo dos outros, pela vontade de um outro, não exercendo sua própria consciência, vontade, liberdade e responsabilidade. **ativo** é aquele que controla seus impulsos, suas inclinações e paixões, discute consigo mesmo e com os outros o sentido dos valores e dos fins estabelecidos, indaga-se se eles devem ser respeitados, avalia sua capacidade para dar a si mesmo as regras de conduta, consulta sua razão e vontade de agir, tem consideração pelos outros, sem subordinar-se nem submeter-se cegamente a eles, responde pelo o que faz, recusa a violência contra si e contra os outros.

Embora a ética seja universal do ponto de vista da sociedade que a institui, ela tem relação com o tempo e a história, transformando-se para responder às exigências novas da sociedade e da cultura, pois somos seres históricos e culturais e nossa ação se desenrola no tempo.

Então, a ética está sempre em transformação, visando a corresponder às novas exigências vigentes, e cabe ao homem acatar ou não as novas regras e normas, pois ele tem a liberdade de escolha, liberdade que o faz escolher o que quer. Mas até onde vai o poder dessa liberdade?

3 – LIBERDADE

É comum usarmos a expressão, *“sinto-me livre como um pássaro”* quando nos livramos de alguma situação aversiva. Trata-se de uma metáfora porque na verdade o pássaro não é um ser livre, e sim encontra-se determinado pelo instinto de sua espécie. *“Ele não vai para ‘onde quer’, mas sim ‘para onde precisa ir’”* (Arruda & Aranha, 1992 : 113). E em relação ao homem? Seria ele livre para decidir e fazer sua vontade?

Chauí (1997) cita (e interpreta) trechos de dois poemas que expressam a liberdade do ser humano. O primeiro poema é de José Paulo Paes e o segundo de Carlos Drummond de Andrade.

*“a torneira seca
(mas pior: a falta de sede)*

*a luz apagada
(mas pior: o gosto do escuro)*

*a porta fechada
(mas pior: a chave por dentro)”*

(José Paulo Paes apud Chauí, 1997:357)

*“Mundo mundo vasto mundo
se eu me chamasse Raimundo
seria uma rima e não uma solução.
Mundo mundo vasto mundo
mais vasto é meu coração”.*

(Carlos Drummond de Andrade apud Chauí, 1997:357)

Chauí (1997) enfoca, no primeiro poema, o núcleo da liberdade e sua ausência. E existe uma realidade externa, um fato: torneira seca, luz apagada, porta fechada e a inércia no interior do sujeito: falta de sede, gosto do escuro, chave por dentro. E o que significa a expressão “mas, pior?” Significa que nos fazemos cúmplices de uma adversidade e é isso o pior: pior é a renúncia à liberdade. Toda essa realidade externa deixa de estar fora para tornar nós mesmos, com nossa falta de sede, nosso gosto do escuro, nossa falta de vontade de girar a chave.

No segundo poema, ela enfatiza o confronto que Drummond faz com realidade exterior: um vasto mundo do qual somos uma pequena parcela.

A diferença que existe entre os dois poemas, é que no primeiro estamos na inércia resignada e, no segundo, nosso ser é mais vasto que o mundo, pois que criamos outros mundos possíveis.

Os dois poemas apontam para um grande tema da ética: **o que está e não está em nosso poder? Ou seja, até onde alcançar o poder de nossa liberdade?**

Seria um enorme engano afirmar que o homem tem a liberdade absoluta, pois ele está preso a determinismos, tais como ter um corpo sujeito às leis físicas e químicas, o ser vivo estudado pela Biologia. Também há determinismos psicológicos. O homem entra em contato com o mundo para conhecê-lo e reagir afetivamente

a ele.

Watson e Skinner consideram que o homem tem a ilusão de que é livre, pois na verdade desconhece as causas que o fazem se comportar. Ao nascer, ele se encontra num mundo já constituído recebendo, como herança, a moral, a religião, a organização social e política, a língua, ou seja, costumes morais (mores) e maneiras de ser que não escolheu e que, de certa forma, determinam seu pensamento e seu agir.

Ao tomar conhecimento daquilo que atua sobre si, o homem tem a capacidade de agir, deixando de ser passivo para ser ausente. As soluções que serão tomadas não existem como regras, pois elas dependem de cada um, da imaginação criadora, da invenção, assim como diz um certo ditado indiano: *“Onde quer que o homem põe o pé, pisa sempre em caminhos”*.

Liberdade ética é o momento no qual o sujeito moral é capaz de decidir com autonomia a respeito de como deve se conduzir em relação a si mesmo e aos outros. Kant dizia que a liberdade consiste na obediência às leis que o próprio sujeito moral se impõe. Para Aristóteles, liberdade significa escolher entre possíveis alternativas, realizando-se com decisão e ato voluntário. Pode-se dizer que, através de nossos atos e liberdade interpretamos situações – valores, normas, princípios – e, a partir dessa interpretação, o sujeito aceitará ou não a interiorização ou transgressão, a continuação ou a criação.

Então, existe uma liberdade de escolha, na qual o indivíduo seja livre para tomar decisões, mesmo que elas impliquem em descontentamento de outras pessoas. Quais as implicações da liberdade de escolha? E se a conseqüência de uma decisão for algo devastador e prejudicial a um outro indivíduo?

4 – O EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO

O indivíduo tem liberdade de escolha, podendo tomar decisões, mesmo que isso implique em descontentamento de outra pessoa. No entanto, ele é responsável por essa escolha e pela conseqüência dela. Quais seriam, então, as implicações de uma escolha que só traz o “bem” para aquele que a pratica?

Atualmente, convivemos cada vez mais com seres humanos egoístas que somente pensam em “levar vantagem” em tudo, deixando de considerar as implicações que este seu comportamento possa ter para outras pessoas e, conseqüentemente para si próprio.

O ser humano vive em sociedade. Portanto, vivendo e convivendo com outras pessoas, um ato praticado por ele, poderá afetar a muitos.

Há pouco tempo, a mídia enfocou práticas irregulares de algumas pessoas que exerciam incorretamente uma profissão. Não só profissionais exercendo ilegalmente sua profissão, mas também “pessoas comuns” exercendo uma profissão sem estar qualificada para isso. São médicos, farmacêuticos, psicólogos, entre

outros, que utilizam erroneamente “seu diploma” para “levar vantagem” sobre os que vão em busca de um profissional para aliviar seus sintomas e encontram “profissionais” que se aproveitam da ingenuidade e confiança alheias em proveito próprio.

Em 2001, várias reportagens na TV enfocaram esse polêmico assunto. Frequente foi a prática ilegal de uma profissão por pessoas sem diploma e sem terem cursado uma Faculdade, como, por exemplo, o caso de um cidadão que, “cansado” de ser assalariado, juntou uma certa quantia de dinheiro e fez de um cômodo de sua casa uma “farmácia” e, de outro um “consultório”. Primeiramente atendia a “pessoas doentes” e depois as fazia comprar os remédios de sua “farmácia”.

Outro foi o de um psicólogo que “utilizava seu diploma” para molestar as pessoas (vítimas) que o procuravam. Milhares de pessoas assistiram a essa reportagem que apareceu num programa do SBT. O “psicólogo”, usando “métodos” desconhecidos por todos os psicólogos, fazia com que a “vítima” tirasse toda a roupa e depois passava a sua mão por todo o corpo da mesma.

Não se aprende isso numa Faculdade. Não é técnica psicoterápica e, obviamente, jamais poderia ser. O que pretende esse “psicólogo” com esse comportamento deplorável? O que “as vítimas” e as pessoas que assistiram à reportagem pensam a respeito da profissão de psicólogo?

Um assunto dessa gravidade leva leigos a terem visões distorcidas da profissão, passando a desconfiar de todos os psicólogos. Atualmente, já existe muito preconceito por parte da população quanto ao trabalho destes, onde preferem passar por uma consulta com um clínico geral, pois temem serem rotuladas como “loucas” por seus vizinhos, colegas, familiares. Isto se deve a falta de informação sobre psicologia.

1.1 – PSICOLOGIA E PROFISSÃO

A área da Psicologia é regulamentada pela lei 4119 de 27 de agosto de 1962 e decreto 53464 de 21 de janeiro de 1964, nos quais são definidos os atos privativos do psicólogo. Os profissionais são habilitados pelo MEC, são credenciados e fiscalizados no exercício profissional pelo conselho da categoria. Têm condições de trabalho defendidas por seu sindicato e seu comportamento é balizado pelo código de ética (CRP, 2001).

As áreas de ensino e pesquisa, Psicologia das Organizações, Psicologia Clínica e Psicologia Escolar, têm sido ampliadas graças às interfaces com outros domínios do conhecimento, como ciência ou como aplicação. Diversas novas técnicas, métodos e concepções têm se originado destas aproximações. É difícil imaginar um espaço envolvendo o ser humano que não gere oportunidade para o exercício da psicologia, criando novas oportunidades de trabalho. (Freire, 2001)

O psicólogo clínico é conhecido pelos leigos como alguém que ouve os proble-

mas das outras pessoas e depois dá conselhos. Sabemos que isso não é totalmente correto, pois ser psicólogo é mais que ouvir; é fazer uso de métodos e técnicas da Psicologia visando a solução de problemas de ajustamento.

O curso de Psicologia varia entre 4 a 5 anos, contendo várias disciplinas relacionadas à área, assim como estágios obrigatórios nas diversas abordagens da mesma. Um grande erro freqüente (por parte de alguns estudantes) é que, antes mesmo de terem o diploma, começam a fazer uso da profissão ilegalmente, utilizando de métodos psicológicos, fazendo diagnósticos, orientação profissional, seleção profissional, orientação psicopedagógica e “solucionando” problemas de ajustamento.

1.2 – IMPLICAÇÕES DO USO ILEGAL DE UMA PROFISSÃO (EM ESPECIAL A PROFISSÃO DE PSICÓLOGO)

O que leva uma pessoa a praticar ilegalmente uma profissão? Estaria ela visando ao seu próprio bem, sua felicidade?

O que acontece atualmente é que as pessoas buscam a felicidade com a aquisição de bens materiais. É o que pode motivar a prática ilegal de uma profissão. Cada homem busca ter mais que os outros para o que tende a dar um “jeitinho”, podendo até infringir a lei.

Seria ético fazer uso de uma profissão sem estar habilitado?

O que dizem às regras de nossa sociedade sobre o exercício ilegal de uma profissão? Segundo o CRP (Conselho Regional de Psicologia), para exercer a profissão de psicólogo, a pessoa tem que apresentar como documentos principais, o seu diploma original de psicólogo ou a certidão de colação de grau e o original do histórico da Faculdade. Assim, quem não possuir tais documentos não poderá ser inscrito no CRP; portanto não poderá exercer a profissão.

Foi discutido anteriormente o conceito de moral, mostrando que ela não é estática, podendo ser mudada de acordo com a sociedade. Então, seria possível mudar as regras da sociedade, de modo que pelo menos os estudantes pudessem exercer a profissão condizente com o seu curso (por exemplo, de Psicologia)? Para responder a essa pergunta, precisamos nos perguntar se um estudante tem condições, por exemplo, de atender pessoas com diversos transtornos. Se isso fosse possível, não haveria a necessidade de estágios durante o curso. E sabemos que mesmo após a conclusão do curso é recomendado que os recém-formados façam uma supervisão com um profissional de sua confiança e mais experiente que ele.

1.3 – O PACIENTE

Um outro aspecto que também tem que ser levado em conta é a condição de paciente (ou cliente), aquela pessoa que vai à procura de um profissional para “cura

de sua doença". Poderíamos dizer que seria uma forma de violência para com o paciente, o seu atendimento por uma pessoa não qualificada para isso? O paciente estaria sendo "usado"?

Num primeiro momento, temos que avaliar as conseqüências do comportamento de uma pessoa em relação a outra. Para ser moral, o indivíduo tem que se reconhecer no outro, vendo-o como vê a si mesmo. Em outras palavras, toda ação praticada por uma pessoa tem uma conseqüência em uma outra pessoa e em alguns casos, repercutindo amplamente na sociedade. Supomos que um estudante de Psicologia tenha seu consultório e atenda às pessoas com transtornos mentais, comportamentais e da personalidade. Seria ele capaz de controlar a situação?

O que é ser capaz? É estar apto para desempenhar uma determinada tarefa. Porém no caso de controlar uma determinada situação, trata-se de algo bem mais complicado, pois requer da pessoa certas habilidades que somente podem ser adquiridas com muito estudo e com a experiência de vida. Um estudante de Psicologia não é totalmente incapaz de fazer um diagnóstico e aplicar algumas técnicas, mas isto é ilegal e ele não tem permissão para fazê-lo enquanto estudante, salvo se for durante os estágios obrigatórios do curso, pois neste caso tem a supervisão semanal de um psicólogo credenciado para tal. Se acontecer algo com o paciente, a responsabilidade é do supervisor, pois ele é "responsável" pelo aluno supervisionado.

É claro que o ser humano tem a liberdade de escolha; porém, tem que respeitar a moral da sociedade, pois ele não é livre totalmente para fazer o que bem quiser. Caso isto aconteça, terá que responder pelos seus atos.

Uma última questão a ser levantada: seria ético denunciarmos uma pessoa que pratica ilegalmente uma profissão? Disto não resta dúvida. É considerada como crime a prática ilegal de uma profissão, pois coloca em risco a população. E, se não a denunciarmos, estaremos incentivando, de certa forma, a violência contra a sociedade, pois como já foi visto, violência não é somente a agressão física, mas também a psicológica.

CONCLUSÃO

Na sociedade existe uma moral vigente que sempre afeta os membros do grupo. A determinação de normas e regras são feitas pelos próprios indivíduos e são estes os seguidores das mesmas. No entanto, não existe uma moral fixa, o desenvolvimento da sociedade acarreta o desenvolvimento da moral, que muda de acordo com as exigências humanas. Pode-se dizer, então, que da mesma maneira que a moral muda, o indivíduo também sofre transformações comportamentais para uma melhor adaptação e ajustamento a uma dada sociedade.

Como ser social, o homem transmite experiências aos demais membros de uma sociedade, aprendendo também com as experiências alheias. Partindo deste

pressuposto, um comportamento individual tem como conseqüência comportamentos grupais. Pode-se perguntar se o bom comportamento de um indivíduo específico resulta numa “conseqüência boa” para os demais membros do grupo.

Segundo Aristóteles, todas as atividades humanas aspiram a algum bem, sendo o maior deles a felicidade. Considerando esse raciocínio, o que poderíamos, hoje, qualificar como felicidade?

A civilização contemporânea identifica a felicidade com a aquisição de bens de consumo, como, por exemplo, ter um “carro do ano”, ter roupas caras. Isso só gera ansiedade e sofrimento, pois o homem está sempre querendo alcançar “algo mais”. De modo geral, outros comportamentos influenciam na vida dos demais membros de um grupo, como, por exemplo, as transgressões de regras por um indivíduo que implicam na reparação de seu erro. Tal ato envolve várias pessoas do grupo: o indivíduo que praticou a transgressão, quem sofreu a transgressão, quem foi incumbido de repará-la etc. Nesse contexto, percebe-se que uma regra moral foi violada e que tal violação resultou na punição do comportamento do indivíduo que a transgrediu.

Nem sempre as conseqüências serão boas para todos os indivíduos de um grupo, mas um comportamento específico implica numa conseqüência específica para cada membro de uma sociedade.

Dentre esses comportamentos específicos, destacamos a liberdade. O indivíduo é livre podendo escolher o que fazer, mesmo que isso resulte numa conseqüência “dolorosa” para outros. O indivíduo dentro de uma sociedade tem a liberdade de escolha, feliz ou infelizmente.

Conclui-se, então, que o homem é responsável por todos os seus atos, ou seja, ele tem a liberdade de escolha e é responsável por essa escolha e por sua conseqüência. Então pode-se praticar ilegalmente uma profissão? Desde que assumamos as conseqüências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aranha, M.L. de A. & Martins, M.H.P. (1992). *Temas de Filosofia*. São Paulo: Moderna.

Chauí, M. (1997). *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática.

CRP – Conselho Regional de Psicologia (2001). *Código de Ética Profissional*. São Paulo.

Freire, M.J. (2001). *Psicologia e Profissão*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Martins, E.M. (2001). *Psicoterapias*. *Jornal do Psicólogo*, CRP-04, n.º 65, p. 14.

Teixeira, A.S. (1999). *Ética Profissional: Fatos e Possibilidades*. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva. Vol. 1, n.º1, 75-81.